

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: EPESMEL – Londrina – PR

Data: 12 de julho de 2016

Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)

1 Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis foi realizada reunião ordinária do
2 Conselho Municipal de Assistência Social na EPESMEL – Rua Angelina Ricci Vezozzo, 85,
3 Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados em lista de presença
4 devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda chamada às 08h45min.
5 A presidente Valmirete apresenta a pauta para esta reunião e solicita a inclusão do seguinte
6 ponto formação da **Comissão para Organização de Preparação da Audiência Pública.**
7 Aprovada a inclusão deste ponto a pauta desta reunião passa a ser a seguinte:
8 **1.Apresentação e aprovação da pauta; 2.Leitura e aprovação da ata do dia 28/06/2016;**
9 **2.Formação da Comissão de Organização da Audiência Pública/Conferência 2017;**
10 **3.Explanação dos contratos da SMAS; 4.Acolhimento Institucional; 5.Relato de**
11 **Comissões; 6.Informes; 7.Outros.** Em seguida passa-se a **2.Leitura e aprovação da ata do**
12 **dia 28/06/2016** – após a leitura da ata por Luana, 2ª secretária deste Conselho, e diversas
13 contribuições feitas especialmente por Marcia e Gisele para melhoria do registro da reunião do
14 dia 28 de junho de 2016 a referida ata é aprovada. Valmirete solicita que as comissões façam
15 uma memória/registro de suas reuniões e informa que estão sendo estudadas formas para
16 gravar as reuniões deste Conselho. Marcia sugere que a mesa diretora faça uma pesquisa do
17 tipo de equipamento necessário e formas de armazenamento. Vencido este ponto de pauta,
18 passa-se a **2.Formação da Comissão de Organização da Audiência Pública/Conferência**
19 **2017** – Discute-se a formação da Comissão de Divulgação, que poderá assumir este trabalho.
20 Debate-se inicialmente o formato da Audiência Pública, que, de acordo com uma orientação
21 nacional, tem como principal objetivo dar publicidade aos serviços realizados pela Rede de
22 Atendimento. Também se debate os recursos financeiros disponíveis para realização da
23 Audiência Pública. Marcia lembra que seria muito importante realizar a Audiência antes da
24 definição dos candidatos a Prefeito. Após estas discussões fica formada a comissão por Marcia
25 Paiva, Alisson Poças, Juliana e Rosana. Telcia verificará quais nomes governamentais
26 poderão participar desta Comissão. É decidido que esta Comissão se reunirá no próximo dia
27 14 neste local. Segue-se para o ponto **3.Explanação dos contratos da SMAS** – A presidente
28 Valmirete passa a palavra para Telcia, que informa que Débora falará sobre os Contratos da

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

29 Secretaria Municipal de Assistência Social. Débora coloca que as informações apresentadas
30 nesta reunião foram levantadas no dia 27 de julho de 2016, portanto dentro do cenário atual.
31 Durante a apresentação várias perguntas e questionamentos são feitos e Débora e Telcia
32 fazem os devidos esclarecimentos e prestam as informações solicitadas. O debate gira em
33 torno do contingenciamento decretado e da economia orçamentária que deve ser feita. Telcia
34 registra que subvenção, pagamento de benefícios e de pessoal não estão contingenciados.
35 Registra também o esforço dos servidores para o cumprimento desta missão. Discute-se a
36 centralização do Conselho Tutelar para garantir mais economia, mas, este é um debate que
37 ficará para outro momento, embora não seja descartado. Gisele coloca que embora o Conselho
38 Tutelar não seja diretamente do âmbito de discussão deste Conselho a sua manutenção tem
39 impacto direto no orçamento da Secretaria da Assistência, que acolhe administrativamente a
40 estrutura do Conselho Tutelar. Alisson coloca que o Poder Judiciário e o Ministério Público
41 deveriam cobrar mais ações do Estado, não somente do Município. Telcia menciona um terreno
42 localizado na Leste-Oeste ao lado da UPA destinado para a construção do Conselho Tutelar
43 Oeste, com recursos do FIA Estadual, porém o processo está suspenso em função da
44 identificação de inconsistência de projeto arquitetônico elaborado pela Secretaria Nacional de
45 Direitos Humanos. Também cita as dificuldades de operacionalização de atendimento dos
46 adolescentes pelo PPCAAM – Programa de Proteção para Crianças e Adolescentes
47 Ameaçados de Morte. Sugere-se que estes pontos sejam pautados junto ao CMDCA –
48 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Encaminhamentos** – Marcia
49 sugere que este Conselho pergunte através de ofício ao Conselho Municipal dos Direitos da
50 Criança e do Adolescente – CMDCA como vem sendo utilizado o Fundo Municipal dos Direitos
51 da Criança e do Adolescente. Marcia também sugere que seja encaminhado um ofício para o
52 Governo do Estado solicitando informações sobre repasses. A apresentação feita por Débora
53 que relata a situação dos contratos ficará anexada neste conselho. As informações sobre o
54 quantitativo de economia atingido com as medidas adotadas serão encaminhadas à Comissão
55 de Fundo. Após estas deliberações passa-se ao **4.Acolhimento Institucional** – A presidente
56 Valmirete passa a palavra para Nívia. Primeiramente, Nívia contextualiza os presentes sobre
57 o acolhimento institucional em Londrina e, em seguida, passa a ler o ofício 256 da Promotora
58 Aletéia encaminhado a este Município no dia 2 de maio deste ano e a recomendação 001 do
59 Ministério Público. Após a leitura do documento mencionado Nívia coloca que a Gerência de
60 Monitoramento e a de Alta Complexidade estão cuidando com muita atenção e zelo esta

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

61 questão. Nívia também informa que comentou com a Promotora a intenção de instalação de
62 uma República em Londrina, e que a mesma informou que em breve encaminhará uma
63 solicitação de informações. Nívia coloca que solicitará este tema como ponto de pauta
64 específico para este Conselho. Nívia registra que qualquer denúncia é averiguada e tomadas
65 as devidas providências. Marcia, diante do exposto, coloca a necessidade de que a Comissão
66 de Acompanhamento se envolva nesta discussão e que a mesma se pronuncie. Gisele registra
67 sua tristeza em ouvir este tipo de relato como se o trabalho do Município não estivesse sendo
68 realizado, o que não é verdadeiro. Debate-se quais seriam as responsabilidades e atribuições
69 da Secretaria da Assistência Social e deste Conselho. Telcia registra que desde a chegada
70 dos novos promotores em Londrina já havia sinais de que a municipalização seria um caminho
71 por eles adotado. Enfatiza que o atendimento municipalizado é muito delicado e envolve
72 situações muito diferentes da que atuamos. Registra que servidores da Secretaria visitaram
73 acolhimentos nas cidades de Tamarana e de Cascavel para observar suas experiências.
74 Coloca que a posição da Secretaria é a de manter a parceria com as instituições não
75 governamentais na oferta de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e
76 Adolescentes e de fortalecimento da Rede. Além disso, todos os pontos levantados são de
77 conhecimento da Secretaria, nenhum deles foi surpresa ou novidade, isso mostra que há um
78 acompanhamento sendo feito. Nívia alerta sobre o cuidado em cumprir o prazo dado pela
79 Promotoria. **Encaminhamento** – Luana sugere que este debate seja feito em conjunto com o
80 CMDCA. Telcia lembra que o sistema híbrido proposto na recomendação é entendido pelo
81 Tribunal de Contas como terceirização e que o serviço deve ser governamental ou não
82 governamental. Alisson coloca que a formulação de política pública é papel do Município, dos
83 Conselhos de Direitos e da Câmara dos Vereadores. Decide-se que a mesa diretora deste
84 Conselho deverá promover uma reunião com a mesa diretora do CMDCA para agendar uma
85 reunião conjunta para debater PPCAAM, Conselho Tutelar, Acolhimento Institucional e
86 orçamento. Deliberado este ponto de pauta, passa-se ao ponto **5.Relato de Comissões –**
87 **Comissão de Fundos: a partir de relato da comissão foi deliberada a devolução dos**
88 **saldos financeiros remanescentes de recursos federais às seguintes entidades: SERVIÇO DE**
89 **ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS ADULTAS DA ASSOCIAÇÃO**
90 **PROJETO PÃO DA VIDA, no valor de R\$ 279,05 (duzentos e setenta e nove reais e cinco**
91 **centavos); SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS ADULTAS DA**
92 **ASSOCIAÇÃO PROJETO PÃO DA VIDA, no valor de R\$ 119,41 (cento e dezenove reais e**

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

93 quarenta e um centavos); **SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS,**
94 na Proteção Social Especial, no valor de R\$ 13.771,03 (treze mil, setecentos e setenta e um
95 reais e três centavos); **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**
96 **PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA,** no valor de
97 582,56 (quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos); **SERVIÇO DE**
98 **ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CASA DE**
99 **MARIA – CASA LAR ARTE DE VIVER I,** no valor de R\$ 11.154,29 (onze mil, cento e cinquenta
100 e quatro reais e vinte e nove centavos); **SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**
101 **PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CASA DE MARIA – CASA LAR ARTE DE VIVER**
102 **I,** no valor de R\$ 112.480,94 (cento e doze mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e quatro
103 reais); **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA**
104 **CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA,** no valor de R\$
105 50.865,59 (cinquenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
106 Fica autorizada a possibilidade de utilização de recursos para pagamento dos licenciamentos
107 dos veículos sendo: da frota vinculada à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, no
108 valor de R\$ 680,31 (seiscentos e oitenta reais e trinta e um centavos), com a fonte 936 – IGD-
109 SUAS; da frota que atende os serviços vinculados à Diretoria de Proteção Social Especial, no
110 valor de R\$ 1.738,57 (um mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), com
111 a fonte 935 convertida na fonte 938 pela Portaria 113/2015; da frota que atende os serviços
112 vinculados à Diretoria de Proteção Social Básica, no valor de R\$ 2.796,83 (dois mil, setecentos
113 e noventa e seis reais e oitenta e três centavos), com a fonte 868. Quanto ao orçamento da
114 Secretaria e a reunião com o Prefeito, esta fica pré-agendada para amanhã, dia 13 de julho,
115 às 16 horas. Não houve **6.Informes.** Passa-se para **7.Outros** – Valmirete anuncia as próximas
116 reuniões e solicita que entidades que tenham interesse em receber reuniões deste Conselho
117 se manifestem através de e-mail. Registre-se que a lista de presença é documento integrante
118 desta ata. Sendo o que se tinha a ser discutido, a reunião é encerrada às 12h35min. Sendo o
119 que havia a ser relatado, eu, Eloyr Doin Pacheco, 1º Secretário deste Conselho, redijo a
120 presente ata desta reunião que será encaminhada para apreciação e aprovação.